



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

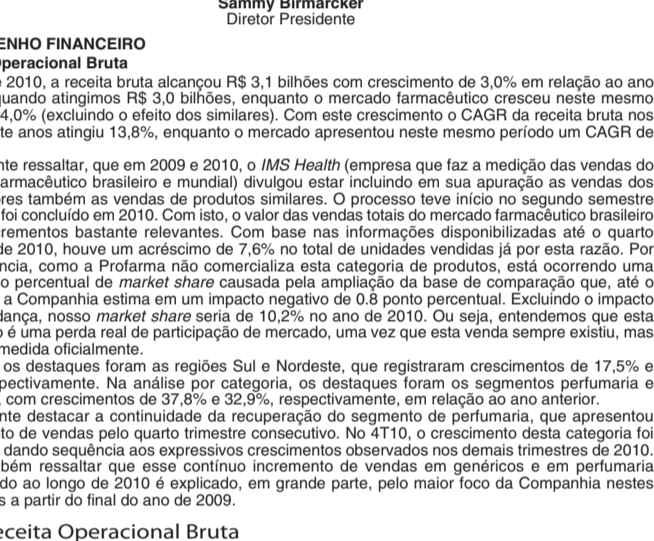
Senhores Acionistas,
 A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS), os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM vigentes para o exercício de 2010. As informações não contábeis apresentadas neste Relatório não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração
 O ano de 2010 foi marcado pela lenta recuperação da economia mundial que apresenta, ainda, sinais latentes de riscos. Estes riscos estão, principalmente, relacionados ao elevado endividamento de governos e à taxa de desemprego em alguns países que se mantém acima do esperado. Por outro lado, as economias de países emergentes, surpreenderam positivamente pela rápida recuperação, lideradas pela China, figurando como os principais sustentadores do crescimento econômico no mundo. No cenário doméstico, ao longo de 2010 o País confirmou as tendências observadas já ao final de 2009, com a economia permanecendo aquecida. O crescimento foi sustentado, em grande parte, pela expansão de crédito que tem favorecido o consumo interno e pelo menor índice de desemprego dos últimos cinco anos que, associado ao aumento real da renda, também contribuiu para a manutenção da atividade econômica. Com a demanda interna aquecida, em 2010, a inflação oficial medida pelo IPCA voltou a acelerar e alcançou 5,9%. O índice ficou acima do centro da meta de 4,5%, mas abaixo do teto de 6,0%. Tal movimento obrigou o Comitê de Política Econômica do Banco Central a reverter a política monetária expansionista estabelecida no período da crise mundial, elevando a taxa básica de juros em 2,0 pontos percentuais em dezembro de 2009, e encerrando o ano em 10,75% a.a. Neste cenário, a Profarma manteve em curso o principal foco da Companhia: a busca contínua pelo equilíbrio entre crescimento sustentável, margem operacional e ciclo de caixa. De fato, o destaque no ano foi a redução, pelo terceiro exercício consecutivo, do ciclo de caixa. Em 2010, a redução foi de cerca de quatro dias, antecipando a meta planejada para 2011 e proporcionando economia de capital de giro da ordem de R\$ 22,9 milhões.

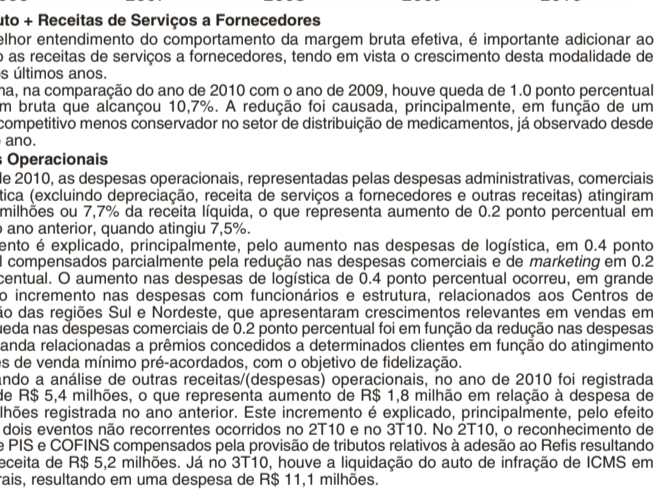
Em um ano em que a Profarma se deparou com um mercado, em termos de competição, menos conservador que o observado no ano anterior, o Ebitda da Companhia alcançou R\$ 79,9 milhões, com margem de 3,0%, 1,3 ponto percentual abaixo da margem de 2009. Cabe, porém, a ressalva que 2009 foi um ano de desempenho atípico para o mercado farmacêutico e para a Profarma, onde os resultados - incluindo o Ebitda que foi o maior da história da Companhia -, superaram a média histórica. A Receita Operacional Bruta, em 2010, somou R\$ 3,1 bilhões, com aumento de 3,0% em relação ao ano anterior, com destaque para as regiões Sul e Nordeste com crescimentos de 17,5% e 6,5%, respectivamente. Ao final do exercício, o Lucro Líquido atingiu R\$ 34,4 milhões, o que representa margem líquida de 1,3%. O resultado foi negativamente impactado pelo evento não recorrente ocorrido no terceiro trimestre de 2010, referente à liquidação de débitos de ICMS em Minas Gerais, de R\$ 11,9 milhões. Excluindo-se este efeito, o Lucro Líquido somaria R\$ 42,3 milhões com margem líquida de 1,6%. O mercado acionário no Brasil não teve um grande desempenho em 2010. Com o risco real de uma nova crise provocada pela situação fiscal de alguns países europeus (os chamados PIGS: Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha), houve um clima generalizado de desconfiança durante o ano. Apesar do fluxo de investimentos no mercado acionário ter permanecido favorável, em sua maioria, os recursos foram direcionados para ações de empresas consideradas como "blue chips". Como resultado, as ações da Profarma não acompanharam o desempenho do Ibovespa que registrou, em 2010, valorização de 1,0% enquanto as ações da Profarma tiveram desvalorização de 6,3%. Por outro lado, a liquidez dos papéis da Companhia aumentou com crescimento de 13% no volume financeiro médio diário negociado que, em 2010, totalizou R\$ 866,8 mil. Em outubro, a Profarma optou em cancelar o contrato de formador de mercado com o Credit Suisse Brasil S.A. CTVM, sendo que tal fato não provocou redução de liquidez diária. Para o ano de 2011 as perspectivas para a economia brasileira continuam positivas, sustentada pela forte demanda interna, disponibilidade de crédito e por um sistema financeiro sólido e confiável. Desta forma, a cultura da Profarma voltada para resultados, aliada a uma visão de longo prazo suportada por práticas operacionais e objetivos no presente, será fundamental para que a Companhia continue a consolidar sua posição no setor de distribuição de produtos farmacêuticos no País. Creditamos aos nossos colaboradores a parcela dominante dos resultados obtidos. A eles, endereçamos nossos sinceros agradecimentos, extensivos aos nossos acionistas, conselho, clientes e fornecedores, cujo apoio e confiança nos motivaram na busca de eficiência e geração de valor.

Sammy Birmarcker
 Diretor Presidente

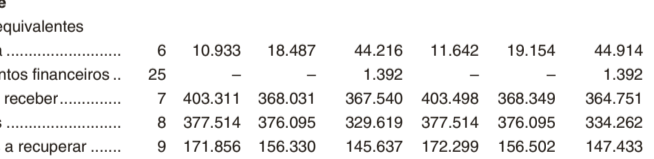
DESEMPENHO FINANCEIRO
Receita Operacional Bruta
 No ano de 2010, a receita bruta alcançou R\$ 3,1 bilhões com crescimento de 3,0% em relação ao ano anterior, quando atingimos R\$ 3,0 bilhões, enquanto o mercado farmacêutico cresceu neste mesmo período, 14,0% (excluindo o efeito dos similares). Com este crescimento o CAGR da receita bruta nos últimos sete anos atingiu 13,8%, enquanto o mercado apresentou neste mesmo período um CAGR de 12,3%. É importante ressaltar, que em 2009 e 2010, o IMS Health (empresa que faz a medição das vendas do mercado farmacêutico brasileiro e mundial) divulgou estar incluindo em sua apuração as vendas dos distribuidores também as vendas de produtos similares. O processo teve início no segundo semestre de 2008 e foi corrigido em 2010. Com isto, o valor das vendas totais do mercado farmacêutico brasileiro sofreu incrementos bastante relevantes. Com base nas informações disponibilizadas até o quarto trimestre de 2010, houve um acréscimo de 7,6% no total de unidades vendidas já por esta razão. Por consequência, como a Profarma não comercializa esta categoria de produtos, está ocorrendo uma redução no percentual de market share causada pela ampliação da base de comparação que, até o momento, a Companhia estima em um impacto negativo de 0,8 ponto percentual. Excluindo o impacto desta mudança, nosso market share seria de 10,2% no ano de 2010. Ou seja, entendemos que esta mudança não representa perda real de participação de mercado, uma vez que esta venda sempre existiu, mas nunca foi medida oficialmente. Em 2010, os destaques foram as regiões Sul e Nordeste, que registraram crescimentos de 17,5% e 6,5%, respectivamente. Na análise por categoria, os destaques foram os segmentos perfumaria e genéricos, com crescimentos de 37,8% e 32,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. É importante destacar a continuidade da recuperação do segmento de perfumaria, que apresentou crescimento de vendas pelo quarto trimestre consecutivo. No 4T10, o crescimento desta categoria foi de 67,3%, dando sequência aos expressivos crescimentos observados nos demais trimestres de 2010. Cabe também ressaltar que esse contínuo incremento de vendas em genéricos e em perfumaria apresentado ao longo de 2010 é explicado, em grande parte, pelo maior foco da Companhia nestes segmentos a partir do final do ano de 2009.



Lucro Bruto + Receitas de Serviços a Fornecedores
 Para o melhor entendimento do comportamento da margem bruta efetiva, é importante adicionar ao lucro bruto as receitas de serviços a fornecedores, tendo em vista o crescimento desta modalidade de serviço nos últimos anos. Descontando na comparação do ano de 2010 com o ano de 2009, houve queda de 1,0 ponto percentual na margem bruta efetiva alcançada em 10,7%. A redução foi causada, principalmente, em função de um ambiente competitivo menos conservador no setor de distribuição de medicamentos, já operando desde o início do ano. **Despesas Operacionais**
 Ao longo de 2010, as despesas operacionais, representadas pelas despesas administrativas, comerciais e de logística (excluindo depreciação, receita de serviços a fornecedores e outras receitas) atingiram R\$ 202,0 milhões ou 7,7% da receita líquida, o que representa aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior, quando atingiu 7,5%. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento nas despesas de logística, em 0,4 ponto percentual compensado parcialmente pela redução nas despesas comerciais e de marketing em 0,2 ponto percentual. O aumento nas despesas de logística de 0,4 ponto percentual ocorreu, em grande parte, pelo incremento nas despesas com funcionários e estrutura, relacionados aos Centros de Distribuição das regiões Sul e Nordeste, que apresentaram crescimentos relevantes em vendas em 2010. A queda nas despesas comerciais de 0,2 ponto percentual foi em função da redução nas despesas de propaganda relacionadas a prêmios concedidos a determinados clientes em função do atingimento de volumes de venda mínimo pré-acordados, com o objetivo de fidelização. Considerando a análise de outras receitas/(despesas) operacionais, no ano de 2010 foi registrada despesa de R\$ 5,4 milhões, o que representa aumento de R\$ 1,8 milhão em relação à despesa de R\$ 3,5 milhões registrada no ano anterior. Este incremento é explicado, principalmente, pelo efeito líquido de dois eventos não recorrentes ocorridos no 2T10 e no 3T10. No 2T10, o reconhecimento de créditos de PIS e COFINS compensados pela provisão de tributos relativos à adesão ao Refis resultando em uma receita de R\$ 5,2 milhões. Já no 3T10, houve a liquidação do auto de infração de ICMS em Minas Gerais, resultando em uma despesa de R\$ 11,1 milhões.



Despesas Financeiras Líquidas
 As despesas financeiras líquidas, em 2010, totalizaram R\$ 28,5 milhões, representando aumento de R\$ 1,8 milhão em comparação com o ano anterior, resultado do aumento das despesas financeiras de R\$ 6,8 milhões compensadas pelo aumento nas receitas financeiras de R\$ 4,9 milhões. O aumento nas despesas financeiras se justifica, em grande parte, à contabilização dos efeitos do Refis no 2T10 no valor de R\$ 9,2 milhões, enquanto o aumento nas receitas financeiras é explicado, principalmente, pelo reconhecimento de créditos de PIS/COFINS, no valor de R\$ 2,9 milhões, ambos não recorrentes ocorridos no 2T10.



Endividamento
 A posição da dívida líquida em dezembro de 2010 alcançou R\$ 108,7 milhões, o que significa redução de R\$ 3,4 milhões em relação a dezembro de 2009, quando atingiu R\$ 118,1 milhões, explicado, principalmente, pelo fluxo de caixa operacional positivo da Companhia de R\$ 44,4 milhões. A relação dívida líquida/Ebitda atingiu 1,4x em dezembro de 2010, aumento de 27,3% em relação a posição de dezembro de 2009 de 1,1x. Cabe ressaltar que este nível de avançamento é considerado como de baixo risco pela Companhia. É importante ressaltar que a totalidade do endividamento da Companhia permanece ainda com 63,4% do seu total no longo prazo, com spread médio em cerca de 109,4% acima do CDI, sendo 100% em moeda local, em Reais.

Endividamento*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		11.642	19.154
Disponibilidades		11.428	52.523
Dívida de Curto Prazo		76.300	84.743
Dívida de Longo Prazo		108.676	118.112
Dívida líquida		108.676	118.112

Composição da Dívida de Longo Prazo*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		76.300	84.743
Ano 2011		-	46.070
Ano 2012		40.679	38.673
Ano 2013		11.428	-
Ano 2014		12.765	-
Ano 2015		12.765	-
Total		76.300	84.743

Fluxo de Caixa
 No ano de 2010, as disponibilidades da Cia. diminuíram em R\$ 7,5 milhões, principalmente em função dos recursos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 43,8 milhões e dos R\$ 8,1 milhões aplicados nas atividades de investimento. Estes valores foram compensados pela geração operacional de caixa positiva de R\$ 44,4 milhões. Em 2010, a Profarma seguiu com foco na redução de seu capital de giro, através do ciclo de caixa, atingindo 49 dias no quarto trimestre de 2010, representando uma redução de cerca de 4 dias em relação ao ano anterior. Este ciclo vem a ser o menor ciclo atingido pela Companhia desde a abertura de capital e representou em 2010 uma redução de capital de giro de R\$ 22,9 milhões. Os recursos gerados nas atividades operacionais de R\$ 44,4 milhões foram decorrentes da geração interna de caixa positiva de R\$ 67,9 milhões consumidos pela variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 23,5 milhões. A geração interna de caixa de R\$ 67,9 milhões foi 26,6% menor que a registrada no ano anterior principalmente em função da redução do lucro líquido em 35,3%. A variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 23,5 milhões foi devida principalmente em função do aumento do saldo de contas a receber em R\$ 40,6 milhões, ao aumento do saldo de impostos a recuperar em R\$ 15,2 milhões, compensados pelo aumento do saldo de fornecedores de R\$ 45,1 milhões. O aumento no saldo de impostos a recuperar está diretamente relacionado ao incremento sazonal de estoques ao final de cada ano, refletindo a sistemática de recolhimento de ICMS por antecipação na maioria dos estados em que a Companhia atua. Os recursos aplicados nas atividades de financiamento, de R\$ 43,8 milhões refletem principalmente a redução de empréstimos e financiamentos (principal e juros) no montante de R\$ 35,6 milhões.

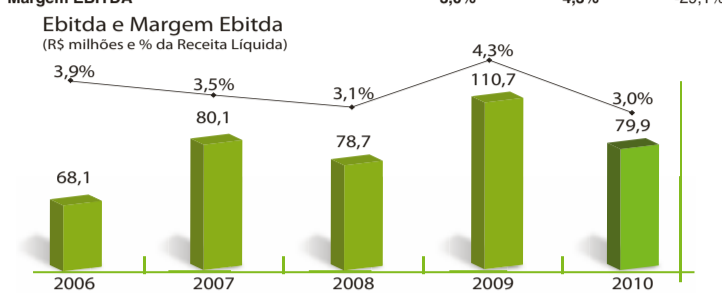
Recursos Humanos
 Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 2.304 colaboradores. Adicionalmente, contamos com 271 representantes comerciais, cujas atividades são voltadas à venda e prospecção de novos clientes. **DESEMPENHO OPERACIONAL**
 A análise de nosso desempenho operacional está focada em alguns indicadores que fazem parte do dia-a-dia da Companhia e estão diretamente relacionados às demandas do varejo, no sentido de estar sempre procurando melhorar a qualidade de nossos serviços, buscando maior fidelização de nossos clientes. **Nível de Serviço**
 Este indicador mede o percentual de unidades atendidas em relação às unidades pedidas por nossos clientes. É um dos fatores fundamentais para nossos clientes na escolha de um distribuidor, pois quanto maior for a sua capacidade de atendê-lo, menor será o trabalho do cliente de comprar em mais de um distribuidor, perdendo muitas vezes vendas e poder de barganha na negociação individual com cada fornecedor. Na comparação do ano de 2010 com 2009, houve decréscimo de 2,4 pontos percentuais, atingindo 90,1% ante 92,5% realizado em 2009, principalmente, em razão do desempenho da categoria de genéricos ainda influenciada pelo atendimento de alguns fornecedores, cuja regularização está prevista para acontecer no segundo semestre de 2011.

Endividamento*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		11.642	19.154
Disponibilidades		11.428	52.523
Dívida de Curto Prazo		76.300	84.743
Dívida de Longo Prazo		108.676	118.112
Dívida líquida		108.676	118.112

* Excluindo as despesas relativas ao IPO

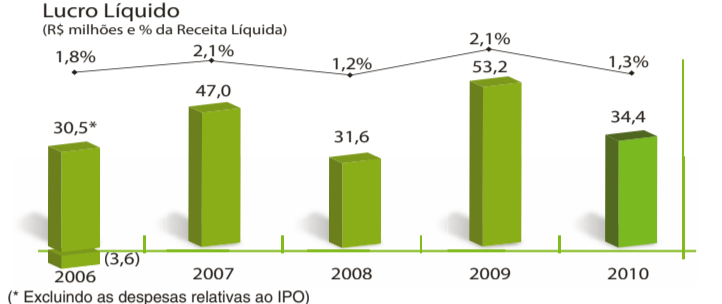
EBITDA
 No ano de 2010 o Ebitda alcançou R\$ 79,9 milhões (margem 3,0%), 27,8% abaixo do Ebitda obtido no ano anterior, de R\$ 110,7 milhões (margem 4,3%). Esta redução é explicada, principalmente, ao ambiente competitivo menos conservador verificado ao longo do ano, cujo o principal reflexo foi a redução na margem bruta de 1,0 ponto percentual.

(R\$ Milhões)	2010	2009	Var. %
Lucro Líquido	34,4	53,2	-35,3%
Despesas Não-Recorrentes	5,9	6,6	-10,9%
IR/CS	5,6	18,7	-69,9%
Despesas Financeiras	28,5	26,7	6,9%
Depreciação e Amortização	5,4	5,5	-0,9%
EBITDA	79,9	110,7	-27,8%
Margem EBITDA	3,0%	4,3%	-29,1%



Despesas Financeiras Líquidas
 As despesas financeiras líquidas, em 2010, totalizaram R\$ 28,5 milhões, representando aumento de R\$ 1,8 milhão em comparação com o ano anterior, resultado do aumento das despesas financeiras de R\$ 6,8 milhões compensadas pelo aumento nas receitas financeiras de R\$ 4,9 milhões. O aumento nas despesas financeiras se justifica, em grande parte, à contabilização dos efeitos do Refis no 2T10 no valor de R\$ 9,2 milhões, enquanto o aumento nas receitas financeiras é explicado, principalmente, pelo reconhecimento de créditos de PIS/COFINS, no valor de R\$ 2,9 milhões, ambos não recorrentes ocorridos no 2T10.

Lucro Líquido
 O lucro líquido da Companhia alcançou R\$ 34,4 milhões em 2010, o que representa redução de 35,3% em relação ao ano anterior, afetado principalmente pela redução da margem bruta. Cabe ressaltar que o resultado do ano foi negativamente impactado pelo evento não recorrente ocorrido no terceiro trimestre de 2010, referente à liquidação de débitos de ICMS em Minas Gerais, de R\$ 11,9 milhões. Excluindo-se este efeito, o Lucro Líquido somaria R\$ 42,3 milhões com margem líquida de 1,6%.



(* Excluindo as despesas relativas ao IPO)

Endividamento
 A posição da dívida líquida em dezembro de 2010 alcançou R\$ 108,7 milhões, o que significa redução de R\$ 3,4 milhões em relação a dezembro de 2009, quando atingiu R\$ 118,1 milhões, explicado, principalmente, pelo fluxo de caixa operacional positivo da Companhia de R\$ 44,4 milhões. A relação dívida líquida/Ebitda atingiu 1,4x em dezembro de 2010, aumento de 27,3% em relação a posição de dezembro de 2009 de 1,1x. Cabe ressaltar que este nível de avançamento é considerado como de baixo risco pela Companhia. É importante ressaltar que a totalidade do endividamento da Companhia permanece ainda com 63,4% do seu total no longo prazo, com spread médio em cerca de 109,4% acima do CDI, sendo 100% em moeda local, em Reais.

Endividamento*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		11.642	19.154
Disponibilidades		11.428	52.523
Dívida de Curto Prazo		76.300	84.743
Dívida de Longo Prazo		108.676	118.112
Dívida líquida		108.676	118.112

Composição da Dívida de Longo Prazo*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		76.300	84.743
Ano 2011		-	46.070
Ano 2012		40.679	38.673
Ano 2013		11.428	-
Ano 2014		12.765	-
Ano 2015		12.765	-
Total		76.300	84.743

Fluxo de Caixa
 No ano de 2010, as disponibilidades da Cia. diminuíram em R\$ 7,5 milhões, principalmente em função dos recursos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 43,8 milhões e dos R\$ 8,1 milhões aplicados nas atividades de investimento. Estes valores foram compensados pela geração operacional de caixa positiva de R\$ 44,4 milhões. Em 2010, a Profarma seguiu com foco na redução de seu capital de giro, através do ciclo de caixa, atingindo 49 dias no quarto trimestre de 2010, representando uma redução de cerca de 4 dias em relação ao ano anterior. Este ciclo vem a ser o menor ciclo atingido pela Companhia desde a abertura de capital e representou em 2010 uma redução de capital de giro de R\$ 22,9 milhões. Os recursos gerados nas atividades operacionais de R\$ 44,4 milhões foram decorrentes da geração interna de caixa positiva de R\$ 67,9 milhões consumidos pela variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 23,5 milhões. A geração interna de caixa de R\$ 67,9 milhões foi 26,6% menor que a registrada no ano anterior principalmente em função da redução do lucro líquido em 35,3%. A variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 23,5 milhões foi devida principalmente em função do aumento do saldo de contas a receber em R\$ 40,6 milhões, ao aumento do saldo de impostos a recuperar em R\$ 15,2 milhões, compensados pelo aumento do saldo de fornecedores de R\$ 45,1 milhões. O aumento no saldo de impostos a recuperar está diretamente relacionado ao incremento sazonal de estoques ao final de cada ano, refletindo a sistemática de recolhimento de ICMS por antecipação na maioria dos estados em que a Companhia atua. Os recursos aplicados nas atividades de financiamento, de R\$ 43,8 milhões refletem principalmente a redução de empréstimos e financiamentos (principal e juros) no montante de R\$ 35,6 milhões.

Recursos Humanos
 Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 2.304 colaboradores. Adicionalmente, contamos com 271 representantes comerciais, cujas atividades são voltadas à venda e prospecção de novos clientes. **DESEMPENHO OPERACIONAL**
 A análise de nosso desempenho operacional está focada em alguns indicadores que fazem parte do dia-a-dia da Companhia e estão diretamente relacionados às demandas do varejo, no sentido de estar sempre procurando melhorar a qualidade de nossos serviços, buscando maior fidelização de nossos clientes. **Nível de Serviço**
 Este indicador mede o percentual de unidades atendidas em relação às unidades pedidas por nossos clientes. É um dos fatores fundamentais para nossos clientes na escolha de um distribuidor, pois quanto maior for a sua capacidade de atendê-lo, menor será o trabalho do cliente de comprar em mais de um distribuidor, perdendo muitas vezes vendas e poder de barganha na negociação individual com cada fornecedor. Na comparação do ano de 2010 com 2009, houve decréscimo de 2,4 pontos percentuais, atingindo 90,1% ante 92,5% realizado em 2009, principalmente, em razão do desempenho da categoria de genéricos ainda influenciada pelo atendimento de alguns fornecedores, cuja regularização está prevista para acontecer no segundo semestre de 2011.

Endividamento*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		11.642	19.154
Disponibilidades		11.428	52.523
Dívida de Curto Prazo		76.300	84.743
Dívida de Longo Prazo		108.676	118.112
Dívida líquida		108.676	118.112

Composição da Dívida de Longo Prazo*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		76.300	84.743
Ano 2011		-	46.070
Ano 2012		40.679	38.673
Ano 2013		11.428	-
Ano 2014		12.765	-
Ano 2015		12.765	-
Total		76.300	84.743

Fluxo de Caixa
 No ano de 2010, as disponibilidades da Cia. diminuíram em R\$ 7,5 milhões, principalmente em função dos recursos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 43,8 milhões e dos R\$ 8,1 milhões aplicados nas atividades de investimento. Estes valores foram compensados pela geração operacional de caixa positiva de R\$ 44,4 milhões. Em 2010, a Profarma seguiu com foco na redução de seu capital de giro, através do ciclo de caixa, atingindo 49 dias no quarto trimestre de 2010, representando uma redução de cerca de 4 dias em relação ao ano anterior. Este ciclo vem a ser o menor ciclo atingido pela Companhia desde a abertura de capital e representou em 2010 uma redução de capital de giro de R\$ 22,9 milhões. Os recursos gerados nas atividades operacionais de R\$ 44,4 milhões foram decorrentes da geração interna de caixa positiva de R\$ 67,9 milhões consumidos pela variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 23,5 milhões. A geração interna de caixa de R\$ 67,9 milhões foi 26,6% menor que a registrada no ano anterior principalmente em função da redução do lucro líquido em 35,3%. A variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 23,5 milhões foi devida principalmente em função do aumento do saldo de contas a receber em R\$ 40,6 milhões, ao aumento do saldo de impostos a recuperar em R\$ 15,2 milhões, compensados pelo aumento do saldo de fornecedores de R\$ 45,1 milhões. O aumento no saldo de impostos a recuperar está diretamente relacionado ao incremento sazonal de estoques ao final de cada ano, refletindo a sistemática de recolhimento de ICMS por antecipação na maioria dos estados em que a Companhia atua. Os recursos aplicados nas atividades de financiamento, de R\$ 43,8 milhões refletem principalmente a redução de empréstimos e financiamentos (principal e juros) no montante de R\$ 35,6 milhões.

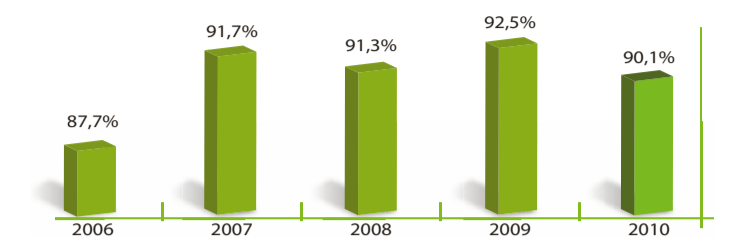
Recursos Humanos
 Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 2.304 colaboradores. Adicionalmente, contamos com 271 representantes comerciais, cujas atividades são voltadas à venda e prospecção de novos clientes. **DESEMPENHO OPERACIONAL**
 A análise de nosso desempenho operacional está focada em alguns indicadores que fazem parte do dia-a-dia da Companhia e estão diretamente relacionados às demandas do varejo, no sentido de estar sempre procurando melhorar a qualidade de nossos serviços, buscando maior fidelização de nossos clientes. **Nível de Serviço**
 Este indicador mede o percentual de unidades atendidas em relação às unidades pedidas por nossos clientes. É um dos fatores fundamentais para nossos clientes na escolha de um distribuidor, pois quanto maior for a sua capacidade de atendê-lo, menor será o trabalho do cliente de comprar em mais de um distribuidor, perdendo muitas vezes vendas e poder de barganha na negociação individual com cada fornecedor. Na comparação do ano de 2010 com 2009, houve decréscimo de 2,4 pontos percentuais, atingindo 90,1% ante 92,5% realizado em 2009, principalmente, em razão do desempenho da categoria de genéricos ainda influenciada pelo atendimento de alguns fornecedores, cuja regularização está prevista para acontecer no segundo semestre de 2011.

Endividamento*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		11.642	19.154
Disponibilidades		11.428	52.523
Dívida de Curto Prazo		76.300	84.743
Dívida de Longo Prazo		108.676	118.112
Dívida líquida		108.676	118.112

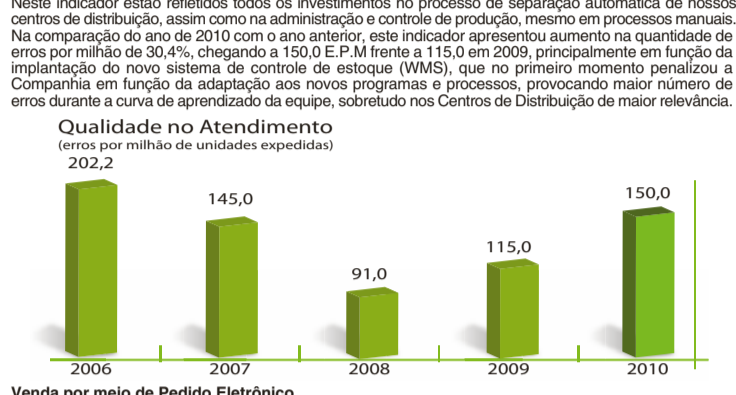
Composição da Dívida de Longo Prazo*		31-dez-10	31-dez-09
(R\$ Milhões)		76.300	84.743
Ano 2011		-	46.070
Ano 2012		40.679	38.673
Ano 2013		11.428	-
Ano 2014		12.765	-
Ano 2015		12.765	-
Total		76.300	84.743

* Excluindo as despesas relativas ao IPO

Nível de Serviço



Qualidade no Atendimento (E.P.M.)
 Este indicador mede o número de erros cometidos por milhão de unidades expedidas e também é de grande relevância para nossos clientes já que diminui a quantidade de retrabalhos necessários para acertar o pedido, além do risco adicional de perda de venda pelo produto não ter sido entregue corretamente. Neste indicador estão refletidos todos os investimentos no processo de separação automática de nossos centros de distribuição, assim como na administração e controle de produção, mesmo em processos manuais. Na comparação do ano de 2010 com o ano anterior, este indicador apresentou aumento na quantidade de erros por milhão de 30,4%, chegando a 150,0 E.P.M. frente a 115,0 em 2009, principalmente em função da implantação do novo sistema de controle de estoque (WMS), com o primeiro momento penalizou a Companhia em função da adaptação aos novos programas e processos, provocando maior número de erros durante a curva de aprendizado da equipe, sobretudo nos Centros de Distribuição de maior relevância.



Venda por meio de Pedido Eletrônico
 Este indicador mede a parcela das vendas recebidas por meio eletrônico e tem como objetivo agilizar e melhorar a qualidade de nosso processo de captura de pedidos, assim como reduzir as despesas com telemarketing, dado que o tempo médio de um pedido eletrônico é bem inferior ao de um pedido feito por telefone. Este serviço permite ao cliente, entre outras vantagens, receber imediatamente o retorno das informações atendidas e um espelho da nota fiscal para que o processo de entrada dos produtos seja mais rápido e sem erro. No ano de 2010, as vendas através de pedido eletrônico alcançaram 65,3% do total das vendas, um crescimento de 9,0% ou 6,4 pontos percentuais em relação



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	34.382	53.152	34.382	53.152
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	5.391	5.486	5.437	5.486
Resultado equivalência patrimonial	(2.557)	(1.177)	—	—
Provisão para contingências	(529)	(512)	(529)	(512)
Juros sobre empréstimos	15.967	6.222	15.967	6.222
Imposto de renda - corrente	3.540	18.748	2.919	19.104
Imposto de renda - diferido	2.725	(360)	2.725	(360)
Outros	8.650	9.420	6.964	9.415
	67.569	90.979	67.865	92.507
Variações nos ativos e passivos (Aumento) Diminuição dos ativos operacionais				
Contas a receber	(40.775)	(5.520)	(40.644)	(8.626)
Estoque	(1.196)	(39.650)	(1.196)	(35.007)
Impostos a recuperar	(18.348)	(10.693)	(15.155)	(9.069)
Outros	2.280	(7.217)	(3.068)	(7.160)
	(58.039)	(63.080)	(60.063)	(59.862)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	46.060	82.808	45.139	80.788
Salários e contribuições	985	695	976	715
Impostos a recolher	(12.977)	(32.860)	(13.069)	(33.170)
Outros	952	(655)	3.556	(729)
	35.020	49.988	36.602	47.604
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	44.550	77.887	44.404	80.249
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Redução de investimento em controladas, líquido	—	2.354	95	—
Aquisição de intangível	(611)	(790)	(622)	(878)
Aquisição de imobilizado	(7.705)	(11.113)	(7.733)	(11.113)
Alienação de imobilizado	10	189	142	238
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(8.306)	(9.360)	(8.118)	(11.753)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Divulção de capital	1.509	—	1.509	—
Dividendos recebidos	(8.634)	(4.061)	(8.634)	(4.061)
Ações em tesouraria	(1.058)	(27.786)	(1.058)	(27.786)
Empréstimos e financiamentos - Principal	(10.086)	(50.046)	(10.086)	(50.046)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(25.529)	(12.363)	(25.529)	(12.363)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(43.798)	(94.256)	(43.798)	(94.256)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(7.554)	(25.729)	(7.512)	(25.760)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.487	44.216	19.154	44.914
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.933	18.487	11.642	19.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
 A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. é uma Companhia, de capital aberto, fundada em 1981, no município do Rio de Janeiro, com o principal objetivo comercial a fabricação e a distribuição de produtos farmacêuticos, cosméticos e similares, produtos de perfumaria e participação no capital de outras sociedades, independentemente do setor econômico. Através de sua área de logística, a Companhia distribui seus produtos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, alcançando cerca de 93,5% do mercado nacional. São 12 (doze) Centros de Distribuição (CD) localizados em regiões estratégicas do país, sendo 6 (seis) totalmente automatizados e a sede corporativa no Rio de Janeiro. A controladora e suas controladas que executam serviços de tecnologia de informação, planejamento e controle de cargas e transporte, promoção de vendas e pesquisa de mercado, operam em conjunto. Em 24 de outubro de 2006, através do Ofício CVM/SEP/PRIC/045-2006, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta para negociação de ações ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

2. Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As presentes demonstrações financeiras incluem: As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil (CPCs); • As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com os CPCs. As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidada não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras consolidadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. Emontas demonstrações consolidadas preparadas conforme as normas do CPC, as quais o CPC nº 37 foi aplicado. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2011. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **Transição para as IFRS/CPCs:** As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição). Não houve ajustes significativos na adoção inicial das IFRS e dos CPCs. A Companhia considerou as normas do CPC comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2009. CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada; CPC 22 - Informações por Segmento; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 - Evento Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 27 - Ativo Imobilizado; CPC 30 - Receitas; CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; CPC 33 - Benefícios a Empregados; CPC 36 - Demonstrações Consolidadas; CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento; CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Extinção; CPC 41 - Resultado por Ação; CPC 42 - Alcance do Pronunciamento Técnico; CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações; ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

3. Principais políticas contábeis
a. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **b. Receita operacional:** A receita operacional é reconhecida com o regime de competência. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então a receita operacional é medida com uma dedução para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **c. Receita operacional de transação:** O reconhecimento de riscos e benefícios acontece quando da efetiva distribuição dos medicamentos ao cliente final. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **c. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e normas emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) exige que a Administração elabore estimativas baseadas em julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e suas premissas são revistas periodicamente e revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas originais se realizam e em qualquer período futuro afetados. As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que possuem risco de resultar em ajuste dentro dos próximos exercícios sociais incluem provisão para devedores duvidosos (Nota 7), provisão para perdas de estoques (Nota 8), provisão para contingências (Nota 19) e mensuração de instrumentos financeiros (Nota 25). **d. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo de mercado para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo: **• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gere investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. **• Instrumentos mantidos até o vencimento:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seu instrumento de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. **• Instrumentos disponíveis para venda:** São investimentos em instrumentos de patrimônio e em certos ativos relativos a instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. **f. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. **g. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação), incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada à receita financeira com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **h. Baixas:** Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, que inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenamento, deduzido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável). **i. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e controladas em conjunto (consolidadas) são proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas) são avaliados por equivalência patrimonial. **j. Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mensuradas na Nota Explicativa nº 14 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia não faz opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função do seu imobilizado, tal como apresentado, atender de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do pronunciamento CPC 27 (Ativo Imobilizado). Além disso, a Administração da Companhia entende que a prática contábil de valorizar o ativo imobilizado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é a prática contábil que melhor representa o seu ativo imobilizado. **k. Ativos arrendados:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo através dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato. **l. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: • Agio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O agio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário. • Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos. Estes ativos são mensurados pelo custo

total de aquisição menos as despesas de amortização. **m. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment: Ativos financeiros:** Ativos financeiros (formado substancialmente pelo contas a receber) são avaliados para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o contas a receber). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível) são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a CGU ou grupo de CGUs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Companhia não identificou indicadores de perda desses ativos nos exercícios de 2010. **n. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **o. Provisão:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **p. Plano de remuneração baseado em ações:** O benefício concedido a administradores, através do plano de opção de compra de ações, foi valorizado com base no valor justo e é registrado em despesa em contrapartida a conta de Reserva de Capital, à medida que o prazo do período da prestação de serviço seja cumprido, de acordo com a Deliberação CVM nº 562 de 17 de dezembro de 2008. O cálculo foi efetuado utilizando-se o método binomial, Black & Scholes. **q. Subvenções governamentais:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assísimas Governamentais. **r. Imposto de renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido):** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de agio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando se provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

s. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **t. Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **u. Informação por segmento:** A Companhia opera substancialmente no segmento de distribuição de medicamentos e entende que eventuais segmentos adicionais não são relevantes, não ultrapassando os limites estabelecidos pelo CPC 22 Informações por Segmento. Portanto, a Administração da Companhia entende que essa divulgação não é aplicável. **v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas: *• Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters; • Improvements to IFRS 2010; IFRS 9 Financial Instruments; • Prepayment of a minimum LRU requirement (Amendment to IFRIC 14); • Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.* O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	Participação (%)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Farmadacta Informática Ltda.	99,95%	99,95%	99,95%
Locafarma Locadora e Transportes Ltda.	100,00%	99,00%	99,00%
Promovendas Representações Ltda.	99,98%	99,98%	99,98%
Interagile Propaganda e Promoções Ltda.	100,00%	50,00%	50,00%
Promovac Distribuidora de Vacinas Ltda.	0,00%	0,00%	100,00%

A Promovac Distribuidora de Vacinas Ltda. foi incorporada em 07 de janeiro de 2009. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** a. Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas; f. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior. A empresa controlada em conjunto Interagile é avaliada por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 30 de novembro de 2010 a Promovac passou a detar 100% de participação na Interagile (50% em 2009, equivalentes a investimento no montante de R\$370), através da retirada do sócio 180 BPM com redução do capital social em 350.000 cotas (equivalentes a R\$350) e quitação total através da cessão e transferência, de forma irrevogável e irretirável a 180 BPM do software SMART BI WEB. A empresa possuía apenas um pequeno acervo patrimonial e não chegou a se concretizar operacionalmente. Portanto, essa transação não foi considerada uma combinação de negócios sob o escopo do CPC 15.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Gestão de capital: A Companhia mantém uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas e os dividendos para o acionista também são monitorados. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Farmadacta Informática Ltda.		Locafarma e Transportes Ltda.		Promovendas Representações Ltda.		Interagile e Promoções Ltda.		Promovac Distrib. Divis.		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Capital social	8	8	10	10	8	8	350	700	—	—	376	726
Qtde. de quotas (lote mil)	8	8	10	10	8	8	350	350	—	—	376	376
Patrimônio líquido	2.727	2.222	3.260	1.378	1.023	842	339	741	—	—	7.348	5.183
Resultado do período	505	79	1.915	705	181	309	(66)	48	—	—	69	2.535
Particip. em - %	99,95%	99,95%	100,00%	99,00%	99,98%	99,98%	100,00%	50,00%	0,00%	0,00%	—	—
Particip. PL	2.725	2.221	3.260	1.364	1.022	842	339	370	—	—	7.347	4.796

Segue posição de ativos e passivos das controladas:

	Participação	Quantidade de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
1º de janeiro de 2009													
Farmadacta Informática Ltda. (Controlada)..	99,95%	8	2.483	305	2.788	645	2.143	2.788	2.143	—	—	—	—
Locafarma Locadora e Transportes Ltda. (Controlada).....	99,00%	10	2.104	89	2.193	1.521	672	2.193	672	—	—	—	—
Promovendas Representações Ltda. (Controlada).....	99,98%	8	850	2	852	93	759	852	533	—	—	—	—
Interagile Propaganda e Promoções Ltda. (Controlada).....	28,55%	—	1	482	483	—	482	483	482	—	—	—	—
Promovac Distribuidora de Vacinas Ltda. (Controlada).....	100,00%	2.398	14.470	76	14.546	11.848	2.698	14.546	2.494	—	—	—	—
31 de dezembro de 2009													
Farmadacta Informática Ltda. (Controlada)..	99,95%	8	2.554	295	2.849	627	2.222	2.849	2.222	1.278	1.199	79	2.221
Locafarma Locadora e Transportes Ltda. (Controlada).....	99,00%	10	3.099	—	3.099	1.542	1.557	3.099	1.378	1.671	966	705	1.364



Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.
CNPJ nº 45.453.214/0001-51

www.profarma.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

b. Movimentação dos investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2010

	Farmadacta	Locafarma	Promovendas	Interagile	Promovac	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	2.141	666	533	138	2.494	5.972
Equivalência patrimonial..	80	698	308	22	69	1.177
Incorporação.....	-	-	-	210	(2.563)	(2.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.221	1.364	841	(370)	-	4.796
Equivalência patrimonial..	504	1.896	181	30	-	2.551
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.725	3.260	1.022	340	-	7.347

14. Imobilizado

	Controladora						2009	
	2010		2009		2009			
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Edificações.....	4%	532	-	-	-	532	(250)	282
Instalações.....	10%	11.876	7	(891)	12.774	(4.803)	7.971	8.349
Móveis e utensílios..	10%	7.154	420	(6)	753	8.321	(3.337)	4.984
Veículos.....	20%	1.154	269	-	1.423	(1.093)	330	99
Hardware.....	20%	9.865	659	(4)	602	11.122	(8.340)	2.782
Máquinas e equipamentos	10%	17.630	344	(10)	2.074	20.038	(11.539)	8.499
Imobilizado em andamento.....	4.081	6.006	-	(6.727)	3.360	-	-	3.360
52.292	7.705	(20)	(2.407)	57.570	(29.362)	28.200	27.162	27.162

15. Intangível

	Controladora						2009	
	2010		2009		2009			
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Marcas e Patentes	-	14	-	-	-	14	-	14
Software.....	20%	6.226	415	-	2.189	8.830	(4.551)	4.279
Agio (*).....	5.087	-	-	-	5.087	(1.101)	3.986	3.986
Software em desenvolvimento..	10%	-	196	-	218	414	-	414
11.327	611	-	2407	14.345	(5.652)	8.693	6.825	6.825

16. Fornecedores

	Controladora						2009	
	2010		2009		2009			
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Marcas e Patentes	-	16	-	-	-	16	-	16
Software.....	20%	5.456	790	(20)	6.226	(3.401)	2.825	2.942
Agio (*).....	10%	5.087	-	-	5.087	(1.101)	3.986	4.494
10.557	790	(20)	11.327	(4.502)	6.825	7.450	7.450	7.450

17. Financiamentos e empréstimos

Moeda nacional	Indexador	Juros	Controladora			Consolidado		
			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Banco Santander	CDI	110,0% do CDI a.a.	20.055	-	2.520	20.055	-	2.520
Banco do Brasil	CDI	104,5% do CDI a.a.	20.383	32.089	40.864	20.383	32.089	40.864
HSBC	CDI	107,5% do CDI	27.309	15.455	65.373	27.309	15.455	65.373
Banco Bradesco	CDI	100% do CDI + 0,912 % a.a.	33.722	63.486	56.893	33.722	63.486	56.893
Banco BRB (*)	-	2,43 % a.a.	1.337	1.465	1.465	1.337	1.465	1.465
Citibank	-	7,3414% a.a.	14.211	22.592	35.290	14.211	22.592	35.290
117.227	135.087	200.940	117.227	135.087	200.940	117.227	135.087	200.940

18. Impostos e Taxas

Circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS.....	6.041	12.246	27.219	6.041	12.246	27.219
IR e CSLL.....	-	3.219	1.836	35	5.204	3.809
PIS e COFINS.....	-	509	283	7	530	292
Parcelamento - ICMS.....	320	587	1.955	320	587	1.955
Parcelamento - REFIS (*)	2.734	-	-	2.753	-	-
Parcelamento - PAES (*)	-	468	442	-	468	442
Parcelamento - INSS (*)..	-	1.962	521	-	1.962	521
Outros.....	638	672	516	670	717	539
9.733	19.663	32.772	9.826	21.714	34.777	34.777

19. Provisão para contingências

Não circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS.....	513	2.679	2.000	513	2.679	2.000
Parcelamento - REFIS (*)	38.274	-	-	38.554	-	-
Parcelamento - PAES (*)	-	881	1.374	-	881	1.374
Parcelamento - INSS (*)..	-	5.448	1.043	-	5.448	1.043
Valores a recolher - créditos a homologar	-	9.856	9.856	-	9.856	9.856
38.787	18.864	14.273	39.067	18.864	14.273	14.273

20. Imposto de renda e contribuição social

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Diferenças Temporárias - Contingências.....	854	308	1.162	2.444	880	3.324
Efeitos do Regime Tributário de Transição.....	143	52	195	557	201	758
Longo Prazo.....	997	360	1.357	3.001	1.081	4.082

21. Patrimônio líquido (controladora)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social.....	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
Reserva legal.....	3	3	3	3	3	3
Reserva de lucros a realizar.....	1	1	1	1	1	1
Reserva de lucros a realizar.....	1	1	1	1	1	1
Reserva de lucros a realizar.....	1	1	1	1	1	1
Reserva de lucros a realizar.....	1	1	1	1	1	1
Total.....	14.229.610	42.91%	14.229.610	42.91%	14.229.610	42.91%

22. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,09%	57,09%	57,09%	57,09%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.130.000	100,00%	33.130.000	100,00%

23. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,02%	57,02%	57,02%	57,02%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.030.000	100,00%	33.030.000	100,00%

24. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,02%	57,02%	57,02%	57,02%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.030.000	100,00%	33.030.000	100,00%

25. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,02%	57,02%	57,02%	57,02%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.030.000	100,00%	33.030.000	100,00%

26. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,02%	57,02%	57,02%	57,02%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.030.000	100,00%	33.030.000	100,00%

27. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,02%	57,02%	57,02%	57,02%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.030.000	100,00%	33.030.000	100,00%

28. Posição Acionária Consolidada de Produtos Farmacêuticos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quantidade	18.934.291	18.934.291	18.934.291	18.934.291
%	57,02%	57,02%	57,02%	57,02%
Quantidade	3	3	3	3
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	1	1	1	1
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade	14.195.705	14.195.705	14.195.705	14.195.705
%	42,98%	42,98%	42,98%	42,98%
Total.....	33.030.000	100,00%	33.030.000	100,00%</



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

Controladora	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
31 de dezembro de 2010						
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos ..	117.227	133.727	14.038	30.026	43.345	46.318
Fornecedores	363.205	367.212	367.212	-	-	-
Consolidado						

31 de dezembro de 2010	Valor contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos ..	117.227	133.727	14.038	30.026	43.345	46.318
Fornecedores	363.205	367.212	367.212	-	-	-

c) Risco de Mercado: Risco da Taxa de Juros: Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos e também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta indexada ao CDI era de R\$ 117.227 (R\$ 135.087 em 2009). A Companhia considera a taxa CDI um fator de risco de mercado relevante. No cenário provável, considerado a expectativa de mercado conforme dados do BACEN publicados em 08/01/2011, indicavam uma taxa efetiva média estimada em 10,64% para o ano de 2011, frente à taxa efetiva de 11,25% em 2010. Adicionalmente, em testes de sensibilidade para cenários mais rigorosos, consideramos aumentos na taxa média do CDI da ordem de 25% e 50%. Segue abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos três cenários propostos considerando o impacto no resultado gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2010:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI				
Empréstimos e financiamentos		2.920	31.892	57.945
Vencimento: 1º tri/2011	Aumento	-	535	1.070
Vencimento: 2º tri/2011	Aumento	40	2.874	5.668
Vencimento: 3º tri/2011	Aumento	13	519	1.013
Vencimento: 4º tri/2011	Aumento	294	7.007	13.426
Vencimento: 2º tri/2012	Aumento	175	2.298	4.246
Vencimento: 4º tri/2012	Aumento	849	8.539	15.379
Vencimento: 2º tri/2013	Aumento	195	1.624	2.857
Vencimento: 4º tri/2013	Aumento	225	1.654	2.857
Vencimento: 2º tri/2014	Aumento	248	1.677	2.857
Vencimento: 4º tri/2014	Aumento	274	1.703	2.857
Vencimento: 2º tri/2015	Aumento	292	1.721	2.857
Vencimento: 4º tri/2015	Aumento	313	1.742	2.857
Ponta passiva swap		-	664	1.340
Vencimento: 1º sem/2011	Aumento	-	68	135
Vencimento: 2º sem/2011	Aumento	-	138	276
Vencimento: 1º sem/2012	Aumento	-	201	406
Vencimento: 2º sem/2012	Aumento	-	258	524
Total		2.920	32.556	59.285

Risco de taxa de câmbio: Buscando reduzir os custos de suas captações de recursos, a Companhia tem contratadas operações em moeda estrangeira, vinculada às operações de swap, registrada na CETIP (Central de Custódia e Liquidação). Nestas operações a Companhia receberá variação cambial acrescida de taxa juros e em contrapartida pagará um percentual do CDI na data de vencimento. As operações foram contratadas junto ao Banco Citibank, Banco do Brasil e Banco Santander e não possuem cláusulas contratuais de chamada de margem. A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos. Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio, é integralmente mitigada pelas operações de swap, contratado com o objetivo de proteção, e, portanto simultaneamente com o respectivo empréstimo, as oscilações do Real em relação às respectivas moedas, não produziram ou produzirá efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme demonstrado abaixo, em nenhum dos cenários, considerando o risco da oscilação do dólar, a Companhia incorreria em perda contábil. Vide a seguir quadro demonstrativo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Dólar				
Swap (Ponta ativa em moeda estrangeira) Citibank		1.116	(4.012)	(8.024)
Vencimento: 06/2011	Queda do US\$	121	(1.027)	(2.054)
Vencimento: 12/2011	Queda do US\$	243	(1.017)	(2.034)
Vencimento: 06/2012	Queda do US\$	340	(997)	(1.994)
Vencimento: 12/2012	Queda do US\$	411	(971)	(1.942)
Risco de Apreciação do Dólar				

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Dólar				
Swap (Ponta ativa em moeda estrangeira) Citibank		872	3.156	6.312
Vencimento: 06/2011	Alta do US\$	98	824	1.649
Vencimento: 12/2011	Alta do US\$	193	804	1.608
Vencimento: 06/2012	Alta do US\$	265	778	1.556
Vencimento: 12/2012	Alta do US\$	317	750	1.500

d) Análise de sensibilidade à variação do dólar: A Companhia considera exposição à variação do Dólar um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto ao Banco Citibank, Banco do Brasil e Banco Santander operações de SWAP observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI. A Companhia calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial em três cenários distintos, considerando a possível variação do dólar Ptax. A Companhia acredita que o cenário provável para o dólar se aproxima do cenário atual e neste caso utilizou o dólar Ptax de fechamento de 31 de dezembro de 2010. Os swaps não possuem custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nominal, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento. A ponta ativa de swap em Dólar está registrada no Ativo em "Aplicações em Financeiras" a valor de mercado e a ponta passiva de swap pelo CDI está registrada no Passivo na conta de Empréstimos e Financiamentos pelo custo prazo. A Companhia tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2010 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados à variação cambial. Enquanto os empréstimos são reconhecidos pelo seu custo amortizado os swaps se encontram reconhecidos pelo seu valor justo conforme Deliberações 566 e 603 da CVM. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo

amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa da Companhia. A Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo. **e) Risco de capital:** O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos (Nota 17), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados (Nota 21).

	2010	2009
Despesas gerais e administrativas		
Despesas c/Funcionários e serv. terceiros	(37.310)	(35.992)
Despesas da Estrutura	(11.262)	(14.766)
Total	(48.572)	(50.758)
Despesas comerciais e de marketing		
Despesas c/Funcionários e serv. terceiros	(38.879)	(38.324)
Despesas da Estrutura	(25.151)	(28.589)
Total	(64.030)	(66.912)
Despesas com logística e distribuição		
Despesas c/Funcionários e serv. terceiros	(70.975)	(62.290)
Despesas da Estrutura	(18.775)	(14.958)
Total	(89.750)	(77.248)

27. Cobertura de seguros
A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2010 a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Responsabilidade Civil	Chubb Leaders	2.000
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	119.000
Instalações, equipamentos e estoques	Riscos diversos	10.852
Lucros cessantes (Despesas fixas, perda de lucro líquido)	Riscos diversos	39.000
Terceiros	Responsabilidade civil	800
Total		171.652

28. Avais, fianças e garantias
A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2010, fianças nos Bancos HSBC e Safra, no montante de R\$ 5.730, relacionadas às suas operações junto aos seus fornecedores, cuja taxa média anual é 1% do total das referidas operações e com vencimento entre abril e maio de 2011.

29. Eventos subsequentes
A Companhia tem a intenção de incorporar as empresas controladas Interagile Propaganda e Promoções Ltda. e Locafarma Logística e Transporte Ltda., no primeiro semestre de 2011, com a finalidade de simplificar a estrutura societária e reduzir os custos administrativos e financeiros das sociedades envolvidas, haja vista que, desde dezembro de 2010, estão inativas gerando despesas operacionais, que, por equivalência, transferem-se para a Profarma.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Sammy Birmarcker

Diretor Executivo
Maximiliano Fischer

Sammy Birmarcker

Manoel Birmarcker

Armando Sereno

Dan Ioschpe

Fernando Perrone

Contador: Evilásio Lino Freire - CRC-RJ 057.709/O-6

CONSELHEIROS

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e de suas controladas, abaixo assinados, declaram que, em reunião realizada nesta data, revisaram e discutiram as Demonstrações Financeiras da Companhia (Controladora e Consolidado) e o respectivo parecer dos auditores independentes, tendo aprovado os referidos documentos e deliberado encaminhar ao Conselho de Administração proposta de sua aprovação por aquele órgão.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2011

Sammy Birmarcker - Presidente

Maximiliano Fischer - Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício

findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2011



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7